

O Estado deve garantir a alimentação



Por **JOÃO PEDRO STÉDILE***

A sociedade brasileira precisa debater e decidir. Continuará dependente do modelo agroexportador ou vai optar por outro que priorize a produção de alimentos e garanta acesso a todos os brasileiros com preços justos

Estamos todos preocupados com o aumento dos preços do café, da carne, do óleo de soja e dos ovos. Mas nem todos os alimentos subiram de preço. Alguns até baixaram. O problema não é a falta de produção, que continuou normal ou até cresceu. No entanto, esses produtos têm uma característica: são produzidos por muitos agricultores, mas o comércio é controlado por poucas empresas que definem os preços.

O governo, atordoado pelas consequências eleitorais e pela diminuição do consumo, tomou algumas medidas. Medidas de curto prazo, como liberar importações e diminuir impostos, não resolvem.

A literatura econômica ensina que isenção de impostos nunca fez baixar os preços. Apenas aumentou a taxa de lucro de quem controla o comércio.

Nesse quadro, a medida que poderia ser mais efetiva seria a compra pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) desses produtos para formar estoques e o governo entregar, de forma subsidiada, para uma rede de abastecimento que chegasse aos mais pobres.

As verdadeiras medidas só funcionarão a médio e longo prazo se estivermos dispostos a construir uma nova estrutura de produção e distribuição de alimentos. Para isso, sociedade e governo têm que usar o Estado para transformar o alimento em um direito - e não apenas em mercadoria que gera lucro para meia dúzia de empresários.

O Rio Grande do Sul enfrenta secas e enchentes sistemáticas. Até as pedras sabem que um dos causadores é o monocultivo da soja. Quem se importa se a soja dá tanto lucro? A seca deste ano já causou R\$ 14 bilhões de prejuízos só na soja. Não seria melhor e mais barato investir na pluricultura? Não seria melhor e mais barato investir na pluricultura?

Precisamos estimular a produção por meio da agricultura familiar e da organização de agroindústrias cooperativas, em todos os municípios brasileiros. Cada região dos estados deveria ter uma rede de produção que garantisse a soberania alimentar e não dependesse do abastecimento controlado por algumas empresas e pelo transporte rodoviário. É um absurdo que caminhões saiam de Chapecó com carne de frango e suína para abastecer Belém. É um absurdo que caminhões levem tomates e verduras da Ceagesp (Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo) para Rondônia.

Ao redor das grandes cidades, precisamos de cinturões verdes de produção de alimentos por famílias camponesas em dois

a terra é redonda

hectares. Assim, os alimentos chegariam de forma rápida e barata aos centros urbanos. Três empresas controlam o mercado de ovos de gaiola e determinam o preço. No entanto, poderíamos ter agricultores familiares produzindo ovos orgânicos em cada município com 300 galinhas caipiras a baixo custo.

Essas medidas, contudo, somente têm viabilidade se forem combinadas com o fortalecimento da agricultura familiar e com garantia de acesso à terra aos camponeses pobres, que é a reforma agrária. O modelo do agronegócio se baseia no monocultivo de commodities agrícolas, na concentração de riqueza, no desmatamento e no uso de agrotóxicos, que destroem a biodiversidade e altera as condições climáticas.

A sociedade brasileira precisa debater e decidir. Continuará dependente do modelo agroexportador ou vai optar por outro que priorize a produção de alimentos e garanta acesso a todos os brasileiros com preços justos e promoção da distribuição de renda?

***João Pedro Stédile** é membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Publicado originalmente no jornal [Folha de S. Paulo](#).

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[**CONTRIBUA**](#)